



FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

O TRABALHO DAS MULHERES INVESTIGADORAS NA POLÍCIA CIVIL DE MONTES CLAROS/MG

Autores: KEYSE VALERIA BARBOSA DINIZ;

Introdução

Por muito tempo a participação feminina na história foi uma lacuna, uma história oculta que começou a ser feita, do ponto de vista da historiografia, tardiamente. Com a terceira geração da Escola dos Annales se inicia um movimento historiográfico pautado na pesquisa da história das minorias e das mentalidades e entre eles estão os estudos sobre mulheres, e que, posteriormente foi reforçado graças aos movimentos políticos feministas da década de 1970. O silêncio das mulheres foi perpetuado na maioria das esferas da vida pública. Igrejas, assembleias políticas, na segurança pública, onde há predominância dos signos do masculino, elas foram marginalizadas e suas vozes caladas. (PERROT, 2005, p.10).

O que se esperava de uma mulher era a postura da escuta, da conformidade, da submissão, imposta pela ordem simbólica que impossibilitava não só a sua fala, mas também as suas formas de expressão e o acesso ao conhecimento já que para Pierre Bourdieu essa violência simbólica se dá pela dominação masculina que sempre foi arbitrária na sociedade ocidental, violência essa que segundo ele é invisível às vítimas, exercida pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento. A lógica dessa dominação simbólica, segundo ele, é exercida em função de princípios simbólicos que atuam sobre a maneira de falar, de pensar ou de agir dos sujeitos femininos. (PERROT, 2005, p.10) (BOURDIEU, 2007, p.7-8)

A vida das mulheres sempre foi demasiadamente limitada ou secreta, afastada da vida pública as mulheres não possuíam nenhum tipo de participação no meio político e social, suas funções estavam limitadas a cuidar da casa e criar os filhos. Algo a ser notado é a inserção delas no mercado de trabalho, o qual aumentou em decorrência das grandes guerras mundiais e da Revolução Industrial, em especial as mulheres das classes médias. Com os homens em batalha ou gravemente feridos pela guerra, as mulheres precisaram sair do lar e assumirem a posição do homem dentro das fábricas, suprindo a falta da mão de obra masculina e consequentemente adentraram em um ambiente predominantemente masculino. Ainda que exercendo funções masculinas dentro do mercado de trabalho, as mulheres sofriam desigualdades salariais e também a exploração, o que levou no século XIX a emergirem lutas femininas por melhores condições de trabalho, alguns movimentos reivindicando direitos trabalhistas, igualdade de jornadas de trabalho e direito ao voto. (CAPELLE et.al, 2010).

Joan Scott aponta que a utilização do termo gênero por pesquisadoras feministas era proposta para sustentar que, a pesquisa sobre mulheres transformaria os paradigmas disciplinares assinalando que o estudo de mulheres acrescentaria novos temas de pesquisa, impondo um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente. A intenção de fazer uma nova história a partir das experiências femininas só poderia ser desenvolvida na medida em que o gênero fosse desenvolvido como categoria de análise, já que para Scott gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e também uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p.73-86)

A partir disto, o principal objetivo deste trabalho foi entender de que forma se deu a inserção das mulheres na Polícia Civil em Minas Gerais enfatizando a cidade de Montes Claros. Buscamos analisar as mudanças comportamentais das mulheres a partir de sua entrada na instituição, assim como as relações de poder e de gênero entre homens e mulheres em seus diversos cargos, e principalmente como as policiais mantêm aspectos de feminilidade dentro das delegacias de polícia, espaço devidamente marcado pelos signos do masculino. O interesse em estudar a história das mulheres surgiu devido ao fato de que mesmo ganhando destaque no mercado de trabalho e nas relações sociais, as mulheres ainda sofrem preconceito. Trabalhando em um ambiente predominantemente masculino, as policiais civis passam por diversas situações de discriminação de gênero todos os dias. Assim, objetiva-se entender a forma como as mulheres lidam com as diversas situações que ocorrem no seu ambiente de trabalho.

Material e Método

a. História Oral de Mulheres como metodologia de pesquisa

Ao pensar sobre a narrativa feminina como fonte histórica, devemos pensar na subjetividade dos sujeitos que a constrói, assim como a formação dessas identidades pela analítica do gênero. Para quebrar esses silêncios as historiadoras feministas irão mergulhar na História Oral, utilizando-a como aparato metodológico para apreender esses discursos e experiências da vida privada e pública das mulheres, possibilitando assim a inclusão desses sujeitos históricos na ordem da produção historiográfica.

A história oral e a história de mulheres desde os seus respectivos surgimentos, tem se mostrado próximas em seus propósitos e objetivos, e se assemelham quanto ao contexto de emergência pelos movimentos sociais e políticos do final dos anos 1960. Para, além disso, o que marca o início de ambas seria a ideia de resgatar uma história oculta. (SALVATICI, 2005, p. 29)

Uma das razões pelas quais é feito uso da história oral como metodologia para fazer história de mulheres seria pela exclusão das mesmas dos documentos escritos, que em sua maioria eram consideradas as únicas fontes válidas para a história, além da maior parte do que compunha as produções intelectuais era feita por homens, onde as mulheres eram sempre ausentes ou se encontravam dentro dos discursos masculinos.

O interesse pela história das mulheres e o uso de fontes orais ampliaram de forma positiva o cenário da pesquisa histórica, introduzindo novos tópicos de investigação sobre a vida das mulheres, o que era de interesse do movimento feminista: a valorização de áreas específicas da experiência feminina. A história oral de vida é uma metodologia eficiente para captar esses aspectos particulares da experiência feminina, já que este gênero trata da narrativa do conjunto de experiências de vida de uma pessoa. A história oral forneceu bases teóricas e metodológicas para que isso acontecesse.

Resultados e Discussão



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

A partir da leitura de Raymond Caire podemos perceber que a mulher nem sempre esteve fora da vida militar. A mulher sempre esteve ao lado dos exércitos desde a antiguidade. Em sua obra “A mulher Militar”, Caire traz inúmeros exemplos da participação feminina nas guerras, sejam elas nas sociedades celtas e germânicas, onde o uso de mulheres era permitido ou nos tempos modernos, mostrando que a mulher sempre foi essencialmente guerreira. Raymond Caire ao discutir a presença de mulheres nos exércitos e nas batalhas desde a Idade Antiga aponta a resistência institucional das Forças Armadas da Inglaterra, França, EUA, Canadá e Alemanha, após a Segunda Guerra Mundial, à concessão do estatuto de militares às mulheres. (CAIRE, 2002)

Soares e Musumeci apontam que “a presença de mulheres na Polícia, muitas vezes, ainda reproduz os padrões de dominação vigentes na sociedade, pela ocupação de cargos de menor importância, pelo acesso limitado aos postos de comando e desempenho de funções mais desvalorizadas, tipicamente associadas ao mundo doméstico.” (SOARES E MUSUMECI *apud* CAPELLE, 2010, p. 76-77).

Glauécia Brasil ao falar a respeito da inserção da mulher nas instituições policiais argumenta que “investigar a inserção feminina nos quadros de uma instituição policial, cuja estrutura de poder tem sido considerada, juntamente com o campo religioso, político e militar, como um dos históricos santuários masculinos, torna-se fundamental no contexto contemporâneo da sociedade brasileira.” Em seguida ela afirma que não podemos ignorar que a entrada das mulheres na polícia está vinculada ao crescimento da sua entrada na esfera pública e no mundo do trabalho contemporâneo. Vários estudos sobre gênero tendem a revelar que o crescimento da inserção feminina no mercado de trabalho globalizado está ligado à inserção das mulheres nos ramos tradicionalmente masculinos, como vem ocorrendo nas instituições de segurança como a Polícia Civil. (BRASIL, 2008, p.11)

Durante a ditadura militar, o sistema de repressão e imposição da força era unicamente a solução para conflitos eminentes e, no caso da polícia era a única forma de exercer seus deveres. As funções policiais mantidas como aliadas da força e da repressão deixaram no imaginário social a representação de ser uma função masculina, voltada para a prática da violência e da autoridade legitimadas pelo Estado, ou seja, funções que não poderiam ser exercidas por mulheres.

De acordo com a pesquisa feita pela Secretaria Nacional de Segurança (SENASP) em 2013 intitulada: *Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional*, já se passaram mais de cinquenta anos desde o ingresso das primeiras mulheres na segurança pública no Brasil, no entanto, as mulheres ainda são invisíveis, não possuem o reconhecimento de sua capacidade para realizar as funções que concorrem através de concursos públicos. Um dos problemas seria a ausência de espaços adequados e equipamentos, assim como a negação dos seus direitos, como, por exemplo, o direito à licença maternidade. A pesquisa conclui que, “[...] A discriminação com base em gênero e a tolerância com práticas misóginas fazem com que as corporações assu-mam um comportamento retrógrado numa sociedade que permanentemente tem pautado a igualdade de gênero em todas as instâncias de poder.” [BRASIL, 2013]

Esta mesma pesquisa ainda aponta que em meados dos anos 1970 deu-se início a admissão das mulheres no corpo efetivo da Polícia Civil com os cargos de escritã e delegada. As agentes teriam começado a existir efetivamente na década de 1980. Inicialmente esse corpo de mulheres na Polícia Civil não trabalhava dentro das delegacias, sendo praticamente isolado. As mulheres tinham como função trabalhar nas recepções, casamentos, cuidar de crianças, de idosos, moradores de rua, meninos de rua, não exercendo a função de polícia judiciária. Esse contexto vai ser alterado com a criação das Delegacias da Mulher onde essas policiais vão ser transformadas em investigadoras, passando a compor os quadros nas academias de Polícia Civil recebendo o treinamento adequado, mas ainda exercendo as funções de polícia administrativa. Após a abertura da primeira Delegacia de Defesa da Mulher, na cidade de São Paulo no ano de 1985. Essas unidades começaram a ser criadas em outros estados do Brasil sendo necessário o aumento e a ampliação do quadro efetivo de mulheres para exercer o atendimento que deveria ser feito apenas por elas. [BRASIL, 2013]

Subentende-se que a entrada das mulheres nas corporações teve como objetivo uma humanização das instituições de segurança pública visando melhorar a imagem da polícia perante a sociedade, além de oferecer serviços para o setor mais vulnerável (mulheres, crianças e idosos). A entrada das mulheres na polícia também serviu para liberar os homens das funções burocráticas e administrativas deixando o efetivo masculino à disposição para os trabalhos operacionais de combate, justificada pela natureza masculina que é considerada “guerreira” e ainda pelas disposições biológicas e as características de cada sexo. Mesmo após cinquenta anos da presença de mulher nas polícias do Brasil, as políticas institucionais estão longe de promover a igualdade entre homens e mulheres no acesso às carreiras policiais, além de carecer reconhecimento da contribuição feminina dentro dessas instituições. Podemos observar na visão de alguns autores que ainda existe inúmeras dificuldades de diversas naturezas.

Considerações Finais

Concluimos que o trabalho das investigadoras na Polícia Civil de Montes Claros é de extrema importância por vários fatores. Primeiramente, concluimos que a entrada da mulher na polícia no Brasil se deu através da proposta da humanização da polícia após o período da ditadura militar. As mulheres estariam encarregadas então de lidar com os sujeitos mais vulneráveis, o que resultou na criação das DEAM'S. É importante também ressaltarmos a mudança que ocorre na vida de uma mulher policial, sua mudança de identidade, as adaptações por que passam para se adequarem a um trabalho “essencialmente masculino”, o preconceito e a discriminação que enfrentam todos os dias dentro e fora das delegacias, no momento em que entram em treinamento até quando assumem seus postos de serviço. Devemos compreender que essas mulheres mantêm os signos socialmente associados à feminilidade, mesmo exercendo cargos que as deixem em algum momento embrutecidas e que a sua presença nessas instituições tem sido cada vez mais marcante e de valor imensurável para a ressignificação desses espaços.

Referências Bibliográficas

- BRASIL, Glauécia Lopes (org); ALMEIDA, Rosemary de O; BEZERRA, Teresa Cristina E.; MADEIRA, Maria Zelma; PAIVA, Luis Fábio S.; LOPES, Emanuel Bruno. **A face feminina da polícia civil: gênero, hierarquia e poder**. Fortaleza: EDUECE, 2008. 172p.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). *Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional / Secretaria Nacional de Segurança Pública*. – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013. 184p. Disponível em <http://portal.mj.gov.br>
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kuhner 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 160 p.
- CAIRE, Raymond. **A Mulher Militar: das origens aos nossos dias**. Trad. de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002. 336 p.
- CAPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online)* [online]. 2010, vol.11, n.3, pp. 71-99. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/1771>



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

PERROT, Michelle. Introdução. In: __. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru: EDUSC, 2005, p.9-26.

SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres: História Oral, V.8, n.1, p.29-42, jan-jun. 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. 20(2): 79-99, jul./dez.. 1995.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres Policiais:** presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 307 p.